



DESENVOLVIMENTO  
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA  
DIGITAL  
DE PERIÓDICOS  
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

## Editorial

### Riscos na periferia global numa perspectiva lusófona

#### *Risks in the global periphery from a Lusophone perspective*

A temática “riscos e desastres” tem chamado cada vez mais a atenção de estudiosos das Ciências Sociais e Humanas, visto o papel que os aspectos sociais e políticos têm na construção das vulnerabilidades e injustiças socioambientais. Tais condições têm reposicionado a preocupação clássica da reflexão sobre a modernidade nas Ciências Sociais a partir da incorporação da natureza e do meio ambiente como fatores incontornáveis para o entendimento do mundo contemporâneo. Nesse quadro, observamos populações expostas a variadas situações de riscos, tais como os relacionados a eventos meteorológicos ou geológicos extremos, ou ainda os de caráter sociotecnológico. Os diversos fatores intervenientes que se interconectam e se inter-relacionam evidenciam a complexidade inerente a esta temática.

Esta seção especial traz para discussão trabalhos que versam sobre situações de risco que

comunidades, vulnerabilizadas pelo processo de expansão do sistema capitalista, vêm vivenciando em um contexto de incertezas associado à configuração contemporânea da modernidade. Compreende-se que as situações de risco na contemporaneidade são socialmente construídas e revelam injustiças e, em alguns casos, crises socioambientais históricas. Daí emerge um debate inter/transdisciplinar sobre modos diversos para superá-las, principalmente dentro de um contexto complexo, no qual tanto as diferentes dimensões e escalas de processos quanto a diversidade dos atores ligados à gestão de risco são fatores contribuintes. Esta seção pretende, assim, compartilhar reflexões sobre experiências territoriais em áreas periféricas do globo relacionadas ao enfrentamento de situações de risco e de injustiças socioambientais. Tais desdobramentos podem apontar para alternativas de sociabilidade e de relação mais estreita entre sociedade e natureza. Buscando

---

valorizar as especificidades dessas experiências e os diversos saberes envolvidos, não se tem, contudo, a preocupação da universalização dos conhecimentos constituídos por tais estudos e pesquisas. De fato, cada território é composto por um conjunto de fatores multidimensionais e multiescalares próprios, ainda que seja possível identificar pontos comuns capazes de estabelecer pontes entre as diversas realidades estudadas. Entende-se essa orientação como fundamental para a apreensão da pluralidade existencial e cognitiva das diferentes trajetórias modernas, na qual encontramos, igualmente, diversas interpretações e respostas ao problema dos riscos e desastres.

Aqui estão reunidos artigos que trazem discussões desenvolvidas no Brasil, em Moçambique e em Portugal sobre temáticas que se replicam nesses territórios lusófonos. Não obstante as diferenças históricas (políticas, econômicas e sociais), estes três países são igualmente atravessados por problemáticas relacionadas à construção de riscos associados aos processos de urbanização e internacionalização decorrentes de sua inserção na modernidade. As próprias interações entre esses territórios são marcadas por tais processos. Isso fica claro, por exemplo, quando observamos os impactos de grandes empreendimentos econômicos brasileiros que hoje reproduzem em Moçambique o padrão extrativista presente ao longo de ambas as trajetórias econômicas desde seus respectivos períodos coloniais. Esse aspecto também se evidencia através do papel desempenhado por Portugal na introdução periférica do Brasil e de Moçambique no que Wallerstein (1976) chamou de “sistema mundo”, inserindo a matriz extrativista na base de seus respectivos desenvolvimentos econômicos.

Dado este recorte, precisamos delimitar com

mais precisão o significado e o alcance do termo “periferia” para os fins desta seção especial. Nas Ciências Sociais, é corrente uma inflexão geopolítica ao termo, tomando como referência a subordinação de regiões perimetrais do globo (em geral marcadas por um passado de colonização europeia) em relação a um centro no qual se concentram os poderes político, econômico e cultural. A definição pioneira do par centro–periferia, de inclinação econômica, encontra-se no clássico trabalho de Cardoso & Faletto (1977 [1969]), tendo posteriormente atravessado diferentes incorporações e abordagens (Domingues, 2012). Santos (2018), por exemplo, defende a tese de que Portugal, um dos mais importantes agentes históricos do colonialismo europeu, faria hoje parte de uma periferia global, devido ao status que ocupa em comparação aos países da Europa do norte ou aos Estados Unidos da América. Tomando como base a abrangência espacial dos artigos aqui reunidos, adotaremos uma concepção heurística mais básica de periferia, que retém de seu debate conceitual aquele aspecto que julgamos ser-lhe central: sua relacionalidade. Ser periférico implica estar à margem de algo, de modo que tal localização exigirá sempre um contraponto referencial. Deste modo, se podemos apontar Brasil e Moçambique como pertencentes a uma periferia global (ou semiperiferia global, no caso do Brasil – ver Domingues, 2012), tomando como referência a integridade do sistema mundo de Wallerstein, Portugal, mesmo sem ocupar posição semelhante, certamente encontra-se na periferia europeia, cujo centro é composto por países como França, Alemanha, Reino Unido e Países Baixos (Blanco & Betancur, 2019). A localização periférica implica em condições estruturais que desfavorecem o exercício de poder frente às forças do centro.

## 1. A inseparabilidade entre natureza e sociedade na análise dos riscos

Cenas de destruição ligadas a eventos de inundações, deslizamentos de terra e temporais em diversas partes do mundo invadem os telejornais diariamente. No entanto, os fenômenos naturais por trás de tais eventos não são intrinsecamente maléficos, mas, em grande medida, expressões das dinâmicas de nosso planeta (Romero & Maskrey, 1993). Tais fenômenos constituem-se potencialmente danosos (*hazards*) se, por exemplo, destroem moradias precárias, tiram as vidas ou o sustento de seus habitantes, ou prejudicam a agricultura, engendrando desnutrição, fome e migrações. São, ainda, danosos se eles proporcionarem perdas ecológicas, com ameaças à fauna, à flora e mesmo a biomas inteiros. Nesses casos, os *hazards* naturais desencadeiam desastres quando interagem com fatores sociais que, por sua vez, condicionam tais eventos.

Leituras como essa já eram feitas nos anos 1970: “Desastres marcam a interface entre um fenômeno físico extremo e uma população humana vulnerável. É extremamente importante reconhecer ambos os elementos” (O’Keefe *et al.*, 1976, p. 566). Por ressaltar apenas o primeiro destes elementos, a usual, mas falaciosa noção de “desastres naturais” negligencia a dimensão humana que caracteriza esses eventos e a noção de risco que lhes é subjacente. Ao mesmo tempo, como lembrado por Pelling (2001), a prevalência desta noção perniciosa pode ter ironicamente contribuído para aumentar as consequências dos desastres desencadeados por *hazards*

naturais, ao alimentar posturas fatalistas e de resignação. Abordagens como o modelo *Pressure and Release* (PAR) (Wisner *et al.*, 2004) e o *Forensic Investigations of Disasters* (FORIN) (Oliver-Smith *et al.*, 2016) têm se destacado como esforços sistemáticos que abraçam, como um de seus princípios básicos, a integração entre fatores naturais e sociais em um só quadro explicativo dos desastres. Mais especificamente nas Ciências Sociais, as diferentes linhas construtivistas de interpretação dos riscos, por sua vez, enxergam tais fenômenos como indissociáveis dos aspectos culturais e cognitivos da sociabilidade humana (Douglas & Wildavsky, 1983; Beck, 2010 [1986]).

A centralidade da dimensão humana nos estudos sobre riscos e desastres não é, portanto, um tema novo, mas há cinco décadas vem encontrando dificuldades para sua afirmação, em termos seja analíticos, seja operacionais. Por exemplo, na primeira tentativa internacional de unificar a terminologia em torno desta temática em 1979, os peritos envolvidos definiram risco como “o número previsto de mortos, pessoas atingidas, danos materiais e perturbação nas atividades econômicas devido a um determinado fenômeno natural” (UNDRO, 1980, p. 5). Assim, para avaliar e quantificar os riscos, seria então necessário conhecer a probabilidade de ocorrência dos *hazards* em questão, os elementos expostos e seu potencial de perdas. A mensagem aqui era clara: os riscos podem ser cientificamente quantificados e os *hazards* devem ser controlados em nome da prevenção de desastres. Este entendimento refletia a abordagem “naturalista” dos riscos e desastres

<sup>1</sup> Trata-se da reunião de peritos – em sua maioria cientistas da natureza e engenheiros –, promovida pelo Escritório das Nações Unidas para Coordenação das Operações de Socorro em contextos pós-desastres.

---

então vigente, a partir da qual a prevenção e o controle dos *hazards* seriam ações suficientes para conter danos. Os “elementos expostos” eram aqui meramente entendidos como alvos passivos que se encontravam no lugar errado. Esta abordagem tem se perpetuado, como mostra outro exemplo.

Promulgada pelas Nações Unidas, a Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais (anos 1990) ainda adotou a já tão contestada terminologia, perpetuando a ênfase na gestão dos *hazards* naturais para a redução dos riscos. No entanto, na era atual do Antropoceno, em que a intervenção humana no planeta tem adquirido força equivalente à de processos geológicos (Crutzen & Stoermer, 2000), mesmo os *hazards* ditos naturais já têm sua origem contestada. Ou seja, põe-se em evidência que a intervenção antrópica é um elemento central tanto na produção quanto na gestão das situações de riscos e desastres.

Ao mesmo tempo, dois aspectos passaram a ser intensamente questionados. Reconhece-se, por um lado, o fato de que pessoas são expostas a situações de risco devido mormente a pressões socioeconômicas, e não por uma escolha objetiva. Por exemplo, a falta de acesso à habitação digna próxima aos locais de trabalho impulsiona a ocupação de encostas ou zonas urbanas inundáveis. Também, reconhece-se que as “pessoas expostas” são sujeitos ativos que lidam cotidianamente, de maneira mais ou menos eficiente, com situações de risco (Romero & Maskrey, 1993; Valencio, 2012). Tal questionamento da pretensa passividade das

“pessoas expostas” ressalta a intrínseca habilidade humana de fazer face às adversidades (Macamo, 2017). Simultaneamente, isso evidencia como tal habilidade tem sido cada vez mais ultrapassada devido ao agravamento dos processos de precariedade e vulnerabilização.

Nas teorias do risco, o conceito de vulnerabilidade refere-se ao potencial de perda associado a um determinado evento danoso atingindo certos grupos sociais numa dada localidade. Segundo Wisner e seus colegas, por vulnerabilidade podemos entender “*as características e situação de uma pessoa ou grupo que influenciam sua capacidade de antecipar, enfrentar, resistir e se recuperar do impacto de um dano natural*” (2004, p. 11, ênfase dos autores). Esta definição pode ser obviamente estendida de modo a abarcar também danos de origem tecnológica (Tschaen *et al.*, 2021). Mesmo que se assuma que muitas das pessoas em situação de vulnerabilidade tenham materialmente “pouco a perder” (uma avaliação carregada de elitismo), este “pouco” frequentemente representa a totalidade de seus bens e meios de vida. Assim, não é por acaso que as imagens midiáticas dos desastres mostram, geralmente, populações pobres e oprimidas, com acesso à cidadania comprometido. E não é por acaso que a maioria das fatalidades e dos afetados por desastres concentra-se em países do Sul Global<sup>2</sup>, marcados por fortes desigualdades em termos de renda e de nível de escolaridade, assim como de acesso a serviços e infraestruturas básicos. Tais desigualdades são mesmo multidimensionais, enfo-

---

<sup>2</sup> O relatório *Global Climate Risk Index de 2020* indica que dos dez países mais afetados em 2018 por extremos climáticos, apenas três são do Norte Global – Japão, Alemanha e Canadá, os quais foram seriamente atingidos por ondas de calor naquele ano. No entanto, se considerados os países afetados pelo mesmo tipo de desastre no período entre 1999 e 2018, todos os dez países são do Sul Global (Eckstein *et al.*, 2019).

---

cando não apenas aspectos econômicos e regionais mais óbvios, mas também fatores raciais, étnicos, culturais, ambientais e de gênero.

A vulnerabilidade deriva, portanto, da indissociável relação entre desigualdade/injustiça social e degradação ambiental (Acselrad, 2002; 2015). Utilizado no Brasil com maior intensidade que nos outros países lusófonos (Marchezini *et al.*, 2017), o termo “vulnerabilidade socioambiental” reafirma a inseparabilidade entre natureza e sociedade nos processos de geração, manutenção e atenuação dos riscos.

A desnaturalização dos desastres passa necessariamente pelo reconhecimento dos riscos enquanto uma construção social multifacetada (Macamo, 2017). No entanto, ao “implicar alterações em termos de poder, hierarquia e posição de gestão, rompendo o status quo e interesses de lobby” (Marchezini, 2020, p. 221), o entendimento de que os desastres não são naturais é pouco conveniente na ordem econômica vigente mundialmente. Isso dificulta sua disseminação e afirmação, em particular nos contextos de desenvolvimento periférico.

## **2. Múltiplos Antropocenos?**

Vemos, portanto, que a temática dos riscos e desastres abre mais uma oportunidade de questionamento do distanciamento entre natureza e cultura, ou melhor, da dicotomia sociedade–meio ambiente. Imposta pela leitura de mundo cartesiana e positivista, tal fratura tem influenciado as configurações de realidade socialmente partilhadas e a evolução da ciência até a atualidade. Mais especificamente, esta temática ressalta a trajetória do desenvolvimento capitalista, em especial, nas áreas periféricas do

globo, a qual está na origem do processo de vulnerabilização de suas populações. Nas periferias do sistema mundo (Wallerstein, 1976), lidamos com estratégias político-econômicas que enquadram o desenvolvimento ao mesmo tempo como desafio e como norma. Isso, em grande medida, reforça a lógica capitalista e a inserção internacional subordinada. No contexto contemporâneo, observamos uma reconfiguração das características das histórias coloniais de tais regiões que consolidam o assujeitamento às forças da economia e do mercado globais e a dependência econômica da atividade extrativista dentro de cadeias de produção industrial. Em outras palavras, este quadro reafirma o modelo exportador (Soares, 2014), de caráter extrativista. Historicamente, tais áreas periféricas podem ser ainda apreendidas como sendo os “porões da modernidade” (Ferdinand, 2022, p. 22). Suas populações foram (e são) despossuídas, espoliadas de suas *humanidades*, referências e realidades, e continuam sub-representadas nas mais variadas instâncias das arenas sociais. Mesmo que tais populações sejam sujeitos de processos sociais de transformação, na perspectiva da vulnerabilização, elas ficam sob o julgo de riscos de desastre, injustiças ambientais e desigualdades socioeconômicas.

A ideia de uma crise planetária engendrada pela fratura entre meio ambiente e sociedade nos moldes acima descritos tem sido reformulada em torno do debate sobre o Antropoceno. Enquanto uma nova época geológica, o Antropoceno traz, mais uma vez, as atividades humanas para o centro do debate científico e, principalmente, da cena política na atualidade. Isso nos leva a pensar, portanto, o Antropoceno em sua relação intrínseca com a trajetória da expansão do desenvolvimento capitalista e como um momento histórico de profusão de riscos e

desastres (Dominey-Howes, 2018). Recentemente, abordagens críticas enfatizam a necessidade de desprovincializar o Antropoceno, denunciando as raízes eurocêntricas do conceito (Morrison, 2018). Estas chamam atenção para que sua remissão à noção de *anthropos* se valha de uma referência universalista com recorte na espécie, negligenciando o racismo e as formas de despossessão colonial que marcaram as relações globais da história humana em seus últimos séculos (Yusoff, 2018). Por sua vez, Chateauraynaud & Debaz (2017) alertam que tal universalismo é uma questão também epistemológica, uma vez que esconde a complexidade e a não linearidade dos processos abarcados pelo problema contemporâneo dos riscos.

Isso nos lembra que, apesar de suas trajetórias históricas aparentemente similares, os países lusófonos apresentam suas próprias especificidades, compondo um rico quadro de diversidade territorial com suas próprias ontologias. Levando isso em consideração, uma questão vem à mente: faria sentido pensar a existência de uma única experiência de Antropoceno ou de uma só forma societária de vivenciar os desastres? Os artigos deste dossiê parecem nos auxiliar a responder a esta interrogação, possibilitando o repensar da noção do Antropoceno como experiência “única” – apesar desta noção ainda estar em debate na International Union of Geological Sciences e no grupo de trabalho de sua Subcommission on Quaternary Stratigraphy<sup>3</sup> (Vieira, 2021).

Parece-nos que o Antropoceno coloca um ponto incontornável ao reafirmar o ser humano

como ser vivo ontologicamente interdependente do macrosistema planetário, o qual é finito em termos entrópicos (Georgescu-Roegen, 1995; Da-Silva-Rosa, 2009; Cechin, 2010). O debate ambiental da segunda metade do século XX levantou este ponto através da reflexão filosófica sobre os problemas causados pela sociedade à natureza e à condição do ser humano. Neste debate, as propostas apontam para o princípio da sustentabilidade e para valores como a responsabilidade, a solidariedade, a precaução, a participação e a equidade das espécies como vias de transformação (Da-Silva-Rosa, 2009). Contudo, tais visões da condição humana e da sustentabilidade acabam sendo suplantadas e desconstruídas, no dia a dia, pelo discurso econômico neoliberal. Isto é feito numa “arrogância epistemológica” (Santos, 2019), contendo uma gramática própria, impositiva, que se torna hegemônica nas periferias (Acosta & Brand, 2018). A composição de tal gramática coopta o princípio de sustentabilidade, que aponta em direção a uma proposta de configuração de mundo menos entrópica e mais respeitosa dos limites da natureza, tal como o pensamento de Nicholas Georgescu-Roegen (1995) indica.

No Antropoceno deste início de século XXI, os povos do Sul Global trazem alternativas de leitura do mundo que podem enriquecer o debate ambiental, em especial no tocante aos riscos de desastre nas periferias. Eles nos possibilitam contrapor um senso de pluralidade ao universalismo míope da gramática impositiva acima descrita e a pensar que não lidamos apenas com *um* Antropoceno. Tais aportes parecem ser, desse modo, uma contribuição

<sup>3</sup> <http://quaternary.stratigraphy.org>

---

inspiradora para a reflexão de mundo do tempo presente. Este é o caso do Ubuntu africano, abordado no artigo de Felizardo Pedro neste dossiê, mas também das *outras naturezas* das populações indígenas da América Latina, como as da Amazônia. Sobre estas, Descola (2016, p. 16) coloca: “Essa maneira de tratar plantas e animais como pessoas ou sujeitos ao invés de objetos não é uma exclusividade dos índios da América”.

Essas *outras* concepções de mundo subjugadas (e, em alguns casos, desaparecidas) nos fazem questionar nossa realidade, as configurações de nossas relações, nossas ações e do mundo que vem sendo construído sob a égide de um pensar colocado como hegemônico na contemporaneidade. Considerar e integrar outras concepções de mundo permitem compreendê-lo nas múltiplas leituras e experiências cotidianas, em seus diversos modos possíveis de convivência; enfim, consistem em aceitar um mundo *pluriverso* (Escobar, 2012; Santos, 2019).

### **3. Temáticas centrais: ocupação urbana e (neo)extrativismo**

Dois últimos temas merecem aqui nossa atenção, visto que são recorrentes nos artigos desta seção especial. Entendemos que a estrutura da ocupação urbana e as atividades econômicas extrativistas (e neoextrativistas) ocupam um lugar de destaque no debate social sobre a configuração das situações periféricas no mundo lusófono. Se a questão extrativista constitui um dos principais eixos de articulação da esfera produtiva em tais coordenadas, a problemática urbana articula os problemas da produção e da reprodução da vida social. Ambas são constituídas por interações entre meio ambiente

e sociedade nas quais se desenrolam processos que deságuam, muitas vezes, na efetivação de riscos de desastre.

Assim como a construção dos desastres, a ocupação do espaço urbano dá-se no encontro entre as características geofísicas de um território e a trajetória histórica das populações que o habitam. Desta forma, e dada a lógica econômica do capitalismo explicitada acima, vemos que a dinâmica da urbanização é entrecortada por desigualdades que se inscrevem no território por meio da distribuição espacial dos diferentes estratos da população. Isso se manifesta de forma aguda e engendra uma precarização geral da qualidade de vida nas coordenadas periféricas do sistema mundo.

Embora não tenha se detido sobre a questão dos desastres, Lúcio Kowarick (2009) oferece, por meio de sua sociologia urbana, um ponto de acesso privilegiado para entendermos as conexões entre habitação, vulnerabilidade e risco. Sobre a América Latina, o autor afirma que, sem gozar do aparato institucional de uma sociedade salarial (como vigente durante algumas décadas em países do centro global), a difusão de uma vulnerabilidade econômica, social e civil se confunde com a própria história do processo de modernização do subcontinente. Podemos estender suas implicações a outras regiões da periferia global. O que disso depreendemos é que, em tais partes do mundo, o apontamento do risco como problema destacável na sociedade não tem início com a crise global de fins da década de 1960, como afirma Beck (2010 [1986]) no contexto europeu, mas nelas se encontra ao menos desde o raio da modernidade. Para Kowarick (1979; 2009), a questão da ocupação urbana é a encruzilhada entre essas diferentes formas de vulnerabilidade. O processo de urbanização vem se dando sob uma

sinergia predatória entre o poder estatal e a iniciativa privada, mormente os agentes da especulação imobiliária, que condicionam a lógica da ocupação e os esforços de planejamento urbano às estratégias de ganho econômico.

A reserva de áreas economicamente promissoras para a especulação beneficia-se de forma privilegiada de benfeitorias públicas, ao mesmo tempo que redireciona a população na base da pirâmide socioeconômica para regiões com menos estrutura urbana, menor acesso a serviços e, por vezes, mais distantes dos centros das cidades (Kowarick, 1979). A precariedade e a vulnerabilidade presentes nessas regiões expõem seus moradores a riscos diversos, relacionados quer ao desrespeito a sua cidadania, quer a danos socioambientais que podem se desdobrar em desastres. Esta associação sublinhada por Kowarick entre riscos e a aparente desordem das cidades brasileiras também pode ser encontrada em outras histórias urbanas na periferia global (Lavell, 1999; Dodman *et al.*, 2017). O que este quadro resguarda é uma ordenada estratégia de extração de valor do espaço urbano que prospera na ausência, insuficiência ou negligência de normas e proteções para a garantia do direito à habitação digna de grande parte da população.

Um dos legados do colonialismo nos territórios independentes é a estrutura econômica voltada à extração de recursos naturais para a participação em um mercado global de commodities. No mundo lusófono, a via extrativista acabou por se tornar a base das políticas de desenvolvimento econômico dos países então emancipados de Portugal, o que se deu sob coordenadas históricas particulares a cada caso. Não obstante a pluralidade dos tipos de extrativismo na atualidade, Gudynas (2018) menciona

algumas características centrais que o costumam acompanhar, entre as quais destacamos:

- i) impactos socioambientais negativos, “que vão da perda da biodiversidade à contaminação dos solos, ar e água” (idem, p. 63);
- ii) dependência sistêmica da globalização – o que faz com que a extração de recursos para exportação supere sobremaneira a necessidade das populações locais; e
- iii) o recebimento de amplo apoio de forças governamentais, qualquer que seja seu posicionamento político-ideológico.

O conceito de neoextrativismo ficou fortemente associado com o período governado por lideranças progressistas na América Latina dos anos 2000, quando constava como um dos pilares de suas agendas neodesenvolvimentistas. Em outras coordenadas do Sul Global, como em Moçambique, um padrão semelhante de investimentos econômicos em megaprojetos extrativistas também ganhou força (Bernardo *et al.*, 2016; Frei, 2017). Resguardadas as diferenças históricas relevantes, a convergência destas ocorrências aponta para a contínua sistematização da intervenção econômica na natureza por parte do neoliberalismo na periferia global. Ela pode assumir características particulares de acordo com o tipo de atividade em desenvolvimento. Devido à rigidez locacional da mineração, os riscos ligados a esta forma extrativista revelam-se nas relações entre população e território (Milanez & Losekann, 2016). Como coloca Gudynas (2018, p. 63), neste tipo de exploração, o volume extensivo de extrações promove “amputações” ecológicas “como são as enormes crateras nas minas de ferro, carvão ou ouro”, que extirpam da existência porções da fauna e da flora, como também vidas humanas e



---

modos de vida inteiros. Isto se dá especialmente quando ocorrem desastres. A ruptura de barragens de rejeitos, por exemplo, é a face mais evidente da produção de riscos envolvidos na mineração. No Brasil, este foi o caso em Mariana (numa exploração da Samarco, em 2015) e em Brumadinho (ligado à Vale, em 2019).

As implicações negativas deste tipo de atividade não se restringem aos aspectos mais episódicos dos desastres, o que nos faz lembrar que estes se constituem, na verdade, enquanto processos históricos complexos e multifatoriais (Valencio, 2012; Araújo & Da-Silva-Rosa, 2014). A mineração gera impactos cotidianos no ambiente e na organização social dos territórios em que se instala, tecendo relações de poder que, amiúde, desfavorecem as populações locais (Milanez & Losekann, 2016; Frei, 2017). Um exemplo disso é a emergência de formas econômicas de dependência das empresas mineiras, uma vez que sua influência em tais áreas acaba por obstaculizar o desenvolvimento de atividades produtivas para além de sua agenda extrativista, algo chamado por Coelho (2017) de minério-dependência (ver também Tschaen *et al.*, 2021).

#### **4. Uma visão geral desta seção especial**

As experiências trazidas pelos artigos aqui reunidos apresentam resultados de pesquisas científicas empíricas, bem como teóricas que somam à compreensão da natureza das situações de risco na contemporaneidade. Numa abordagem inter/transdisciplinar para sua compreensão, acredita-se que as Ciências Sociais e Humanas no âmbito da lusofonia tenham muito que contribuir para a grande área temática de “riscos e desastres”. Contudo,

esta temática ainda precisa ser mais explorada por aquele campo de conhecimento em sua interseção com outras áreas da ciência, trazendo a diversidade de atores sociais para lidar, de forma coletiva, com sua inerente complexidade.

Ao trazer a filosofia Ubuntu à reflexão sobre os riscos, o artigo de Felizardo Pedro relembra como estes são indissociáveis da dimensão ética da experiência humana, voltada tanto a seus pares quanto aos seres não humanos com quem habitamos neste mundo. A busca da concretização de uma utopia fundada na interdependência entre todos os membros de uma comunidade global tem como um de seus efeitos a desaceleração da velocidade atual da produção de riscos. Isto é, uma ética da “mutualidade dos cuidados” das pessoas entre si e destas com a natureza engendra um novo tipo de relação ecológica em que a ação humana tem reduzido seu potencial de catalização deletéria de *hazards*.

O artigo de Noémia Cunha mostra como esta ruptura entre natureza e sociedade é, não raro, resultado da ação direta estatal na composição ambiental do território. A autora centra sua discussão sobre as obras estruturais empreendidas pelas autoridades portuguesas com o fito da “regulação” do rio Mondego em benefício das atividades agrícolas na área de sua bacia. Com elas, o estado desconsiderou as movimentações fluviais naturais na região, buscando impor a estas um modelo logocêntrico de organização territorial.

A questão do acesso ao conhecimento sobre os riscos é abordada no artigo de Carla Juscélia Oliveira Souza, Janete Regina de Oliveira e Alícia de Oliveira Moreira Pereira, através do prisma da educação geográfica. As autoras discutem a forma como problemas estruturais na gestão educacional (que envolve, entre outros fatores, as condições de

trabalho dos docentes) afetam a relação entre ensino e aprendizagem sobre riscos. Tais problemas foram exacerbados no contexto da pandemia da COVID-19, contribuindo para o agravamento da situação de vulnerabilidade vivenciada por muitos alunos.

Três artigos do dossiê abordam em primeiro plano a interface entre as problemáticas do risco e do urbano. Com foco na análise de políticas públicas associadas a desastres, Marcela Alonso Ferreira, Letícia Ferraro Artuso, Guilherme Abdallah Mundim e Fernando Burgos tratam da gestão de riscos no nível municipal em quatro cidades em contexto metropolitano no estado de São Paulo. Em seu artigo, os autores apontam para uma maior atenção dos gestores no tocante à preparação e resposta em comparação a medidas de prevenção e mitigação. Por sua vez, Catherine Reginensi, Marcos Barreto de Mendonça e Teresa da Silva Rosa dirigem sua atenção às experiências de membros da comunidade da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, com situações de riscos e desastres. Apresentam e desenvolvem uma metodologia de roda de conversas que oportuniza o intercâmbio entre acadêmicos e atores locais na pesquisa sobre esta temática, visando assim a uma compreensão de mão dupla. Finalmente, o artigo de Andrea Lampis, que se depreende de seu trabalho de campo na Vila Nova Esperança, zona oeste de São Paulo, põe em alça de mira a interseção entre espaço, precariedade e risco. Mais especificamente, discute como a precarização das condições de vida concentrada nas regiões periféricas da capital paulista favorece a construção de um cenário entrecortado por riscos de desastres.

No último artigo de nossa seção, Vanito Viriato Marcelino Frei trata dos riscos envolvidos na atuação da Vale na província de Nampula, norte

de Moçambique. Reflete sobre as consequências sociais e ambientais da instalação de megaprojetos de mineração na região, com especial atenção para os impactos territoriais sobre a população local, por vezes alvo de remoções e reassentamentos justificados pelos ganhos econômicos das atividades da mineração. Trata-se de uma contribuição empiricamente informada ao crescente debate contemporâneo sobre os aspectos sociais e políticos do extrativismo.

Fabício Cardoso de Mello  
Teresa da Silva Rosa  
Vanito Viriato Marcelino Frei  
Liliane de Araújo Silva Hobeica  
*Organizadores*

## *Agradecimentos*

Durante a elaboração deste texto e a organização da seção especial, Fabício Cardoso de Mello foi bolsista do PNPd-CAPES no âmbito do PPGSP-UVV. Teresa da Silva Rosa é pesquisadora CNPq -PQ2.

## *Referências*

- Acosta, A.; Brand, U. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- Acselrad, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5, 49-59, 2002.
- Acselrad, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão*, 1(33), 57-68, 2015.
- Araújo, R. O.; Da-Silva-Rosa, T. Socio-environmental

- vulnerability and disaster risk reduction: the role of Espírito Santo State (Brazil). *Ambiente & Sociedade*, 17(4), 117-132, 2014.
- Beck, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010 [1986].
- Bernardo, E. M. *et al.* Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 38, 579-592, 2016.
- Blanco, J. P.; Betancur, M. G. Modernidad y colonialidad en América Latina. ¿Un binomio indissociable? Reflexiones en torno a las propuestas de Walter Mignolo. *Revista de Estudios Sociales*, 69, 2019. doi: 10.7440/res69.2019.01
- Cardoso, F. H.; Faletto, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977 [1969].
- Cechin, A. *Natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: SENAC e EDUSP, 2010.
- Chateauraynaud, F.; Debaz, J. *Aux bords de l'irréversible: sociologie pragmatique des transformations*. Paris: Petra, 2017.
- Coelho, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, 1(3), 1-8, 2017.
- Crutzen, P.; Stoermer, E. The “Anthropocene”. *IGBP Newsletter*, 41, 17-18, 2000. Disponível em: <<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.
- Da-Silva-Rosa, T. Os fundamentos do pensamento ecológico do desenvolvimento. In: Veiga, J. E. da (Org.). *Economia socioambiental*. São Paulo: SENAC, p. 25-46, 2009.
- Descola, P. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- Dodman, D. *et al.* African urbanisation and urbanism: implications for risk accumulation and reduction. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 26, 7-15, 2017. doi: 10.1016/j.ijdr.2017.06.029
- Dominey-Howes, D. Hazards and disasters in the Anthropocene: some critical reflections for the future. *Geoscience Letters*, 5(7), 2018. doi: 10.1186/s40562-018-0107-x
- Domingues, J. M. *Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- Douglas, M.; Wildavsky, A. *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- Eckstein, D. *et al.* *Global Climate Risk Index 2020*, 2019. Disponível em: <[https://www.germanwatch.org/sites/germanwatch.org/files/20-2-01e Global Climate Risk Index 2020\\_14.pdf](https://www.germanwatch.org/sites/germanwatch.org/files/20-2-01e%20Global%20Climate%20Risk%20Index%2020_14.pdf)>. Acesso em: mar. 2021.
- Escobar, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- Ferdinand, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.
- Frei, V. V. M. *No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais na província de Nampula*. Goiânia, Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 2017.
- Georgescu-Roegen, N. *La décroissance: entropie, écologie, économie*. Paris: Sang de la Terre, 1995.
- Gudynas, E. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 143, 61-70, 2018.
- Kowarick, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- Kowarick, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- Lavell, A. *Gestión de riesgos ambientales urbanos*, 1999. Disponível em: <<https://www.desenredando.org/public/articulos/1999/grau/GestionDeRiesgosAmbientalesUrbanos-1.0-sep-12-2001.pdf>>. Acesso em: jun. 2022.
- Macamo, E. S. *The taming of fate: approaching risk from a social action perspective. Case studies from Southern Mozambique*. Dakar: CODESRIA, 2017. doi: 10.2307/j.ctvh8r1x1

- Marchezini, V. "What is a sociologist doing here?" An unconventional people-centered approach to improve warning implementation in the sendai framework for disaster risk reduction. *International Journal of Disaster Risk Science*, 11(2), 218-229, 2020. doi: 10.1007/s13753-020-00262-1
- Marchezini, V.; Wisner, B.; Londe, L. R.; Saito, S. M. (Eds.). *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. São Carlos: RiMa, 2017.
- Milanez, B.; Losekann, C. Considerações finais: desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro. In: Milanez, B.; Losekann, C. (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital, p. 401-425, 2016.
- Morrison, K. D. Provincializing the Anthropocene: eurocentrism in the earth system. In: Cederlöf, G.; Rangarajan, M. (Orgs.). *At nature's edge: the global present and long-term history*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-18, 2018.
- O'Keefe, P.; Westgate, K.; Wisner B. Taking the naturalness out of natural disasters. *Nature*, 260(5552), 566-567, 1976. doi: 10.1038/260566a0
- Oliver-Smith, A. *et al. Forensic Investigation of Disasters (FORIN): a conceptual framework and guide to research*. IRDR FORIN Publication n° 2. Pequim: IRDR, 2016.
- Pelling, M. Natural disasters? In: Castree, N.; Braun, B. (Eds.). *Social nature: theory, practice, politics*. Oxford: Blackwell, p. 170-188, 2001.
- Romero, G.; Maskrey, A. Como entender los desastres naturales. In: Maskrey, A. (Org.). *Los desastres no son naturales*. Cidade do Panamá: La Red, p. 6-44, 1993.
- Santos, B. S. *Construindo as epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas*, Vol. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- Santos, B. S. *O fim do império cognitivo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- Soares, J. A. R. *Uma interpretação do novo desenvolvimentismo a partir da conjuntura econômica da América Latina*. Santiago: CEPAL, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36712/1/S2014191\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36712/1/S2014191_pt.pdf)>. Acesso em: ago. 2022.
- Tschaen, R.; Mello, F. C.; Da-Silva-Rosa, T. Neoeextrativismo e desastre da Samarco: construção histórica da vulnerabilidade minério-dependente em Anchieta (ES, Brasil). *Ambiente & Sociedade*, 24, 2021. doi: 10.1590/1809-4422asoc-20190226r2vu2021L3AO
- UNDRO – Office of the United Nations Disaster Relief Coordinator. *Natural disasters and vulnerability analysis*. Report of expert group meeting (9-12 July 1979). Genebra: UNDRO, 1980.
- Valencio, N. *Para além do "dia do desastre": o caso brasileiro*. Curitiba: Appris, 2012.
- Vieira, R. Antropoceno (verbetes). In: Griebeler, M. P. D. (Org.) *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. Uruguaiana: Conceito, p. 53-56, 2021.
- Wallerstein, I. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova York: Academic Press, 1976.
- Wisner, B. *et al. At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters*. Nova York e Londres: Routledge, 2. ed., 2004.
- Yusoff, K. *A billion black Anthropocenes or none*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.